

Racismo Ambiental: a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais

Environmental Racism: the racial division of the city of Salvador and the environmental impacts

JULIANA SANTOS DE SANTANA

Graduanda em Pedagogia. Bolsista de Iniciação Científica da Faculdade Unyleya

ÚRSULA PINTO LOPES DE FARIAS

Especialista em História da África e do Negro no Brasil. Mestre em Educação (UFRRJ) – Faculdade Unyleya

Resumo: O presente trabalho visa analisar como o racismo ambiental afeta a população das periferias e favelas da cidade de Salvador (BA), e como sua ação na estrutura social é causadora de problemas com impactos a curto e longo prazo. A pesquisa bibliográfica analisou 63 reportagens do *Jornal Correio da Bahia Online*, com intervalo de busca de 6 (seis) meses: de maio a outubro de 2020, mapeando os problemas ambientais ocorridos na cidade de Salvador, tendo o território como marcador de desigualdade dos impactos ambientais. Foram utilizados os descritores deslizamento, alagamento e abastecimento de água para identificar os locais que mais sofreram com a ocorrência destes problemas, para acessar informações sobre como a cidade é racialmente dividida e o impacto disso na qualidade de vida de um grupo populacional específico. A partir dessa pesquisa foi possível ilustrar como os problemas ambientais atingem parcelas diferentes da população da capital baiana, apontando como esse recorte racial é relevante na análise dos impactos ambientais.

Palavras-chave: Racismo Ambiental. Divisão Racial Da Cidade. Salvador. Problemas Ambientais.

Abstract: The present work aims to analyze how environmental racism affects the population of the suburbs and slums of the city of Salvador (BA), and how its action in the social structure causes problems with short and long term impacts. The bibliographical research analyzed 63 reports from *Jornal Correio da Bahia Online*, with a search interval of 6 (six) months: from May to October 2020, mapping the environmental problems that occurred in the city of Salvador, with the territory as a marker of inequality of impacts environmental issues. The descriptors landslide, flooding and water supply were used to identify the places that suffered most from the occurrence of these problems, to access information on how the city is racially divided and its impact on the quality of life of a specific population group. From this research, it was possible to illustrate how environmental problems affect different parts of the population of the capital of Bahia, pointing out how this racial cut is relevant in the analysis of environmental impacts.

Keywords: Environmental Racism. Racial Division of The City. Savior. Environmental Problems.

SANTANA, Juliana Santos; FARIAS, Ursula Pinto L. de. Racismo Ambiental: a divisão racial da cidade de Salvador e os impactos ambientais. *Educação Sem Distância*. Rio de Janeiro, n.4, dez. 2021.

1 Introdução

Segundo o dicionário *Oxford Languages* (2013) racismo é definido como, “preconceito, discriminação ou antagonismo por parte de um indivíduo, comunidade ou instituição pelo fato de pertencer a um determinado grupo racial ou étnico, tipicamente marginalizado ou uma minoria”. É importante conceituar o racismo neste trabalho, pois

para falar de racismo ambiental no Brasil, é preciso reconhecer a questão racial e o etnocentrismo como problemas centrais do cenário brasileiro no qual se inserem os grupos sociais envolvidos nos conflitos. Tal reconhecimento permite caracterizar a problemática racial e étnica tanto como fator de produção das injustiças que tais grupos enfrentam quanto como elemento da constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes, que controlam a implementação e o funcionamento das atividades econômicas geradoras desses conflitos (PORTO, *et al.*, 2013, p. 62).

É muito comum no nosso país a negação do fato que o racismo se entranha na estrutura social pautando lugares como leis, divisão social do trabalho, e representações políticas/ideológicas, maquiadas por trás da falsa ideia de democracia racial. Com o avanço de movimentos neofascistas e o colapso da jovem democracia brasileira, não é surpresa que as questões ambientais sejam negligenciadas e transpassadas pelo racismo.

Para caracterizar o neofascismo já em vigor no Brasil, é necessário mobilizarmos outras distinções conceituais. O fascismo é uma das formas ditatoriais do Estado capitalista, mas essa forma supõe a existência de uma ideologia, a ideologia fascista, e tal forma de Estado somente se torna realidade se houver um movimento social, o movimento fascista movido pela ideologia fascista, que assuma a luta para a sua implantação. Os fascistas também fazem cálculos táticos. Eles podem, numa determinada conjuntura, abrir mão ou postergar a luta pela implantação de uma ditadura fascista. Segundo Palmiro Togliatti no seu livro *Lições sobre o fascismo*, foi exatamente isso que fez Mussolini quando assumiu a chefia do governo em 1922 e foi o que ele continuou fazendo pelo menos até 1923. Ou seja, teoricamente é possível admitir que um movimento fascista, movido pela ideologia fascista, chegue ao governo e não implante uma ditadura fascista (BOITO, 2019, p. 14?).

No Brasil de hoje, a ideologia e o movimento neofascista, diante de um governo no qual os neofascistas disputam a hegemonia com o grupo militar, com base em seu autoritarismo, que se aproxima ao modelo ditatorial já vivido em nosso país, o cenário que enxergamos é constituído pela democracia burguesa que por si só não assegura a manutenção de valores e a redução da crise que se instaura no país. Crise esta que atinge em grande potencial a parcela da população que vive à margem do sistema, ocupando espaços periféricos em questões de representatividade política e social, e nas divisões físicas e habitacionais das grandes cidades.

A falta de saneamento básico e problemas no abastecimento de água são exemplos corriqueiros de como a divisão desigual do território impacta a vida e as condições de saúde de pessoas que são historicamente condicionadas a ocupar as periferias, favelas e morros tão comuns no nosso país. Esse é o resultado do racismo ambiental, que em sua ação contínua e constante condiciona uma parcela específica da população brasileira a problemas ambientais e acidentes naturais que não chegam às zonas nobres e centrais das cidades.

Enchentes, deslizamentos, queimadas, erosão do solo são exemplos de impactos socioambientais que afetam diretamente as condições de vida e de sobrevivência. (PACHECO, 2017).

O termo Racismo Ambiental foi criado, em 1981, pelo Dr. Benjamin Franklin Chavis Jr. ao discutir em sua pesquisa a relação entre resíduos tóxicos e a população negra norte-americana, questionando as autoridades locais sobre o descarte de resíduos em áreas habitadas por comunidades negras que se tornavam alvo de exposição a poluentes. Ainda nessa pesquisa, Chavis Jr. questiona também a falta de participação dessa mesma comunidade na tomada de decisões, na vida política e na formulação, aplicação e remediação de políticas ambientais. Esse debate proporcionou, por extensão, a difusão do termo para tratar da agenda dos debates sobre sustentabilidade, ocupação racial da cidade e racismo, possibilitando a análise das condições ambientais dos locais geográficos habitados por populações negras que são minoria representativa nas esferas de poder do Estado (PACHECO, 2017).

As comunidades brasileiras mais vulnerabilizadas, comumente ocupadas pela população negra, também sofrem com a extração de recursos. Além disso, o acesso a água limpa e tratada, rede de esgoto e coleta de lixo são alguns dos direitos básicos historicamente negados a uma grande parcela da população brasileira. A pandemia de Covid-19 acionou o alerta para como a desigualdade estrutural opera em todas as esferas, inclusive ao ditar quem serão suas principais vítimas. Esta realidade, no entanto, é global e deve ser agravada ano após ano com a intensificação da crise climática, que inclui aumento da temperatura atmosférica a índices insalubres, maior incidência de tempestades e enchentes, entre outros fatores (CARVALHO; SCHMIDT, 2020, p. 21).

É alarmante a ausência de políticas que valorizem a qualidade de vida da população periférica, tendo em vista que até os impactos ambientais causados por fenômenos naturais atingem de maneiras diferentes as pessoas que vivem na mesma cidade. Alertando como as relações de poder construídas nos pilares da discriminação racial determinam a ocupação das grandes cidades e como as crises sociais nos últimos anos foram aprofundadas pelo avanço do neofascismo no país escancarando a banalização da vida.

Essas relações de poder também se dão no que tange o acesso de grupos específicos da população a recursos ambientais. A ideia de uma democracia racial no território brasileiro constrói muros altos que impedem inclusive o acesso a recursos básicos, é uma exclusão ideológica – racismo, assumindo a posição de exclusão física/espacial, alcançando o território. O racismo ambiental explica, por exemplo, porque os teatros, museus e casas de espetáculo da cidade de Salvador ficam distantes das periferias da cidade e em horários impraticáveis para o trabalhador comum. Os muros impedem o acesso a lazer e cultura, a saúde, a saneamento básico – devido à divisão racista dos territórios da cidade.

Se a ‘ciência’ racista embasou a não inclusão de negros e índios na constituição da ‘cidadania brasileira’, justificada pela “incapacidade”, “malevolência” ou “animalidade” desses grupos e indivíduos, os esforços intelectuais e institucionais da Primeira República se concentraram em produzir o embranquecimento da população até mesmo por meio das políticas de imigração de mão de obra europeia para o exercício do trabalho livre no pós-abolição. Posteriormente, a decantada democracia racial da primeira metade do século XX se baseou numa

perspectiva culturalista e de positividade da miscigenação como um ‘bem’ da nação brasileira (PORTO, *et al.*, 2013, p. 18).

O racismo ambiental traz à luz dimensões como o impacto do território nos condicionantes socioambientais de saúde – porções diferentes da cidade oferecem condições diferentes de sobrevivência – os problemas sociais, ambientais e econômicos que ocorrem em bairros periféricos e suburbanos são diferentes de zonas centrais e consideradas “nobres”. Essa pesquisa tende a problematizar os determinantes sociais e raciais de acesso a recursos ambientais, que afetam diretamente a saúde e sobrevivência desses sujeitos, para além das violências físicas e simbólicas, o impedimento de existir no mundo, sobreviver e viver também é um efeito do racismo.

A falta de água, falta de saneamento básico, casas pequenas com grande número de moradores e a necessidade de uso regular de transporte público são comuns nas favelas, morros e periferias – e são fatores que estão diretamente ligados as chances de sobrevivência diante de um vírus que exige isolamento, distanciamento, e higienização constante.

2 QUEM É VOCÊ, SALVADOR?

Tão comumente chamada de “*país do carnaval*”, a cidade de Salvador no estado da Bahia possui, em estimativa, 2.886.698 de habitantes com densidade demográfica de 3.859,44 hab/km² (habitantes por quilômetro quadrado) ou seja, vivem na cidade aproximadamente 4 pessoas a cada metro quadrado. Sobre a atual gestão do prefeito Bruno Soares Reis (DEM) a cidade muitas vezes chamada de “*cidade mais negra fora da África*” possui 86% das favelas de todo o estado (CENSO, 2010).

A gigante cidade de Salvador conta com 163 bairros, incluindo as ilhas, subdivididas em 10 Prefeituras-Bairro, das quais 07 não estão localizadas nos centros e zonas consideradas nobres. As três maiores favelas da cidade: Valéria, Nova Sussuarana e Nova Constituinte; juntas possuem mais de 60 mil moradores (CHAMMAS, 2011). Em contrapartida, dados do Censo 2010 apontam que apenas 33% da população soteropolitana não está no centro da cidade, e este percentual se deve ao fato de haver favelas que dividem zonas com “áreas nobres da cidade”, como o exemplo do Complexo do Nordeste de Amaralina (considerada favela/periferia) se localizar ao lado de bairros como Rio Vermelho e Itaigara (consideradas zonas nobres). Essas áreas consideradas do tipo superior (IBGE, 2020), são maioritariamente habitadas por pessoas não negras, como apontado na Tabela 1. Sendo considerada a segunda maior população habitante de favelas do país - mais de 882 mil moradores da capital baiana se aglomeram nas favelas e nas zonas de subúrbio e periferia (CHAMMAS, 2011).

Tabela 1 - Composição racial das áreas consideradas nobres da cidade de Salvador, Bahia.

Áreas	Branco %	Pretos %	Pardos %	Total %
Campo Grande / Canela	68,57	7,00	22,91	98,48
Itaigara / Caminho das Árvores / Iguatemi	67,17	5,57	26,34	99,08
Pituba	65,77	5,05	28,30	99,11
Chame-Chame / Jd. Apipema / Morro do Gato	63,86	7,02	26,94	97,81
Horto Florestal	44,85	14,95	38,74	98,54

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000.

Quanto ao acesso aos serviços considerados essenciais, enquanto a média nacional de abastecimento de água é de 88,3% dos domicílios, nos chamados aglomerados subnormais, na Bahia essa média é de 98,1%. Se tratando do esgotamento sanitário, enquanto o índice nacional é de 67,3% a Bahia alcança a cobertura de 86,8% (IBGE, 2020). Ainda segundo o IBGE (2020), pode se definir aglomerado subnormal como

uma forma de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia – públicos ou privados – para fins de habitação em áreas urbanas e, em geral, caracterizados por um padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas com restrição à ocupação. No Brasil, esses assentamentos irregulares são conhecidos por diversos nomes como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, loteamentos irregulares, mocambos e palafitas, entre outros.

Em contrapartida, segundo o pesquisador Maurício Gonçalves (apud CHAMMA, 2011), “no levantamento, a gente só consegue saber se o domicílio tem ou não tem o serviço, mas não temos como medir a qualidade dele. Às vezes, a comunidade tem fornecimento de água, mas essa água é suja, ou só chega uma vez por semana” (p. 09), um dado que só comprova a desigualdade de acesso a recursos básicos, como água tratada.

Salvador, além de um dos destinos turísticos mais procurados do Brasil, também recebe o título de capital mais negra do Brasil, e a cidade com maior número de pessoas autodeclaradas negras, fora do continente africano.

Em 2017, 8 em cada 10 moradores de Salvador eram negros, ou seja, se autodeclaravam de cor preta ou parda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE. Os negros (pretos + pardos) somavam 2,425 milhões, ou 82,1% das 2,954 milhões de pessoas que viviam na cidade naquele ano. Por isso mesmo, além de capital da Bahia, Salvador tem o posto de capital negra do país. A liderança do município em relação à participação de negros no total da população se deve sobretudo à maior presença de pessoas que se declaram de cor preta. Elas eram, em 2017, quase 4 em cada 10 moradores de Salvador, 36,5% do total da população. É também a maior proporção entre as

capitais brasileiras, e o equivalente a 1,078 milhão de pessoas (IBGE apud AVENA, 2018, p. 14).

Ainda tratando de estatísticas, a cidade encontra-se em uma relação dicotômica quanto a sua constituição populacional. Apesar do grande índice de pessoas autodeclaradas pretas e pardas, Salvador também é líder em desigualdade salarial. Pessoas negras, no ano de 2018, recebiam 67% a menos que pessoas brancas. Os rendimentos mensais de pessoas autodeclaradas negras era de em média R\$ 1.640,00 o equivalente a $\frac{1}{3}$ dos rendimentos de pessoas brancas, que recebiam em média R\$ 4.969,00; sendo esta a maior diferença salarial entre as capitais do país. “No país, nos três primeiros trimestres de 2018, os trabalhadores de cor preta tiveram rendimento médio de R\$ 1.608, pouco mais da metade (55,6%) do que ganharam os de cor branca (R\$ 2.891)” (IBGE, apud AVENA, 2018, p. 11).

Conformou-se, assim, uma metrópole bastante desigual, com ilhas de afluência em um mar de pobreza. Analisando a estrutura social de Salvador, encontra-se uma elite de alta renda, composta por grupos de grandes empresários, dirigentes do setor público e privado e profissionais autônomos ou empregados de nível superior; pequenos empregadores e setores médios mais reduzidos que em outras metrópoles brasileiras, um proletariado terciário expressivo e um proletariado secundário em que a participação dos empregados na indústria de transformação (moderno ou tradicional) é especialmente restrita. Mas a marca básica de Salvador é a dimensão do subproletariado e um nível de desemprego superior a todas as demais metrópoles brasileiras, que atinge especialmente os negros, majoritários na sua população. (CARVALHO; BARRETO, 2007, p. 23).

O perfil social e racial da cidade de Salvador é extremamente relevante para este trabalho, pois é nessa divisão racial que encontramos as motivações para as ponderações que serão realizadas mais adiante nesta pesquisa. Por que as pessoas negras ocupam esses locais com poucas ou nenhuma condição de vida? Sem acesso a saneamento básico, lazer, cultura e sem direito a viver dignamente? Como a capital mais negra do país permite que grande parcela da população precise lidar cotidianamente com deslizamento de encostas, alagamentos causados por fortes chuvas, enchentes, falta de água? E a pergunta mais importante, porque fatores ambientais que deveriam afetar toda a cidade causam grandes impactos na vida de uma parcela específica da população?

A construção de Salvador dividida por cores também carrega o peso das questões de classe e gênero. Viver em Salvador enquanto mulher preta te impossibilita de olhar para uma questão sem olhar as outras. É o que Akotirene (2019) descreve como Interseccionalidade: o atravessar de múltiplas opressões sobre um determinado sujeito. Falar de raça, enquanto mulher negra, envolve falar de gênero, e ambas do lugar físico da favela e periferia, o que envolve também falar de classe. Falar desse lugar é reconhecer como o capitalismo e o patriarcado estão intimamente vinculados com o racismo estrutural. E dar voz às dores da periferia, para além de objetos de pesquisa, para uma das autoras, como pesquisadora, é construir narrativas a partir do ponto de vista de quem vive na pele as mazelas de uma condição social historicamente construída a partir da escravização.

3 A HISTÓRIA DO ABANDONO

É possível fazer uma ponte muito simples conceitualmente falando sobre o racismo ambiental e a herança escravocrata do Brasil. Afinal de contas, o que foram feitos dos escravizados pós “abolição”? Para além das ideias de favelização enquanto fenômeno das cidades em desenvolvimento, as favelas são espaços em que a união e o sentimento de comunidade são pilares que estruturam e mantêm as relações familiares e entre famílias. Sendo considerada, pelos que montam esse lugar espacial, um lugar físico onde se encontra cumplicidade e a articulação de (re)existências. Espaços esses criados antes mesmo do surgimento do termo “favela”. É do cenário de descaso e segregação do Estado que foi plantada a semente do racismo ambiental no Brasil.

As primeiras favelas brasileiras surgiram no século XIX, após a **abolição da escravatura**, de forma que os escravos foram segregados da população branca, os quais permaneceram em **zonas de risco**, ou seja, próximos aos morros, córregos, etc. Contudo, o termo “**favela**” surge no contexto da **Guerra de Canudos** (1896 a 1897), para se referir ao “Arraial de Belo Monte”, que existia no “**Morro da Favela**” (RIBEIRO, 2018, p. 03).

A favela é descrita, institucionalmente, pelas suas ausências. É uma configuração presente em todas as cidades brasileiras, e ainda assim ocupa uma espécie de não lugar, quando descrita:

Segundo a definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), favela é um conjunto de domicílios com, no mínimo, 51 unidades, que ocupa, de maneira desordenada e densa, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e que não possui acesso a serviços públicos essenciais.

A partir desse entendimento, a favela é descrita por aquilo que não possui, e não pelo que é. É quase consenso descrever a favela por aquilo que lhe falta, além da homogeneização de um espaço diverso, que é encontrado em diferentes paisagens (RIBEIRO, 2018, p. 05).

As favelas têm em suas raízes, significados muito importantes, apesar de sua localização estrategicamente desprivilegiada pela conjuntura do desenvolvimento econômico e social das cidades, aqueles que por muito tempo foram seus algozes em certo ponto passaram a ser seus admiradores, quando a ideia de *gourmetizar* as favelas e os bailes funks possibilitaram o embranquecimento de produtos essencialmente negros e periféricos.

“Após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, não houve orientação destinada a integrar os negros às novas regras de uma sociedade baseada no trabalho assalariado” (MARINGONI, 2011, p. 48). Pessoas que foram sequestradas de suas nações e lançadas em um lugar completamente estranho e novo construíram estratégias de sobrevivência que foram passadas para seus descendentes, e estes ao se encontrarem “livres” também encontraram uma grande teia de situações com as quais lidar: para onde ir, do que viver, o que fazer? Os livros de história contam a abolição como um momento de festa e alívio para as pessoas escravizadas recém libertas, mas finda a história sem nos dizer o que aconteceu com essas pessoas depois. “Esta é uma história de tragédias, descaso, preconceitos, injustiças e dor. Uma chaga que o Brasil carrega até os dias de hoje” (MARINGONI, 2011, p. 66).

Uma das percepções mais agudas sobre a questão foi feita em 1964 pelo sociólogo Florestan Fernandes (1920-1995). Em um livro clássico, chamado *A integração do negro na sociedade de classes*, ele foi ao centro do problema: “A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel” (MARINGONI, 2011, p. 55).

As razões desse descaso ligam-se diretamente à maneira como foi realizada a libertação. E refletem muitos séculos depois nas condições de vida, saúde e sobrevivência dessas pessoas.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quanto estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 2019, p. 33).

Quando refletimos sobre quem são essas pessoas que estão nesses espaços descritos como decadentes e insalubres, um perfil específico é perfeitamente traçado na mente: pessoas negras, de baixa escolaridade, com subempregos ou baixa remuneração. Durante o período de análise dessa pesquisa, que coincide com a primeira onda da pandemia de Covid-19, tem-se ainda outros cenários como a fome e a ausência de recursos básicos para a manutenção da vida.

O acesso a água, gerou uma situação de insegurança hídrica, (medida pelo fornecimento irregular ou mesmo falta de água potável) chegou a 40,2% e 38,4% dos domicílios do Nordeste e Norte, sendo esses números três vezes maiores que os dados das outras regiões do país.

O abastecimento irregular de água é uma das condições que aumentam a transmissão pessoa a pessoa da Covid-19, ocorrendo com maior frequência em domicílios e regiões mais pobres do país. A relação entre a insegurança alimentar e a insegurança hídrica é incontestável. Segundo a pesquisa VigiSAN, a proporção de domicílios rurais com habitantes em situação de fome dobra quando não há disponibilidade adequada de água para a produção de alimentos (de 21,8% para 44,2%). (VIGISAN, 2021, p. 18).

Cabe aqui ressaltar que, embora a favela seja um espaço definido por suas ausências, é também um espaço ressignificado por parte de seus moradores. É na favela que as questões identitárias têm sido motivo para muitas associações e coletivos que buscam preencher a ausência do Estado.

Nesse sentido, podemos construir uma ponte entre estes movimentos e associações nas favelas e o conceito de *quilombismo*, desenvolvido por Abdias do Nascimento que pauta como as relações que ocorrem nesses espaços afrocentrado se aproximam dos ideais construídas em espaços quilombolas

O quilombismo propõe esse legado como referência básica de uma proposta de mobilização política da população afrodescendente nas Américas com base na sua própria experiência histórica e cultural. Vai mais longe ainda, e articula uma

proposta afro-brasileira para o Estado nacional contemporâneo, um Brasil multiétnico e pluricultural (NASCIMENTO, 2019, p. 28).

As favelas, marcadas pelo abandono, também são celeiros dos que se aquilombaram, dos que conhecem este histórico de abandono, denunciam e procuram soluções entre si, mas também cobram do Estado.

4 METODOLOGIA

Por meio de uma pesquisa qualitativa, este projeto de iniciação científica visou analisar como e se o racismo ambiental afeta diretamente as condições de vida e sobrevivência da população periférica da cidade de Salvador, através de uma análise documental utilizando como fonte de busca um periódico veiculado diariamente (online) focalizando em um intervalo de seis meses. Esta pesquisa desenvolveu uma análise utilizando como fonte de dados o *Jornal Correio**, eleito o melhor jornal impresso do Norte e Nordeste no ano de 2018, e sendo o veículo de mídia mais popular da cidade.

Para realizar as buscas das matérias que tratam da temática foram selecionadas 3 palavras-chave de acordo com os problemas ambientais descritos pelo Mapa de Conflitos Ambientais da Fiocruz (PORTO; PACHECO; LEROY, 2013), sendo estas: deslizamento, alagamento e abastecimento de água.

Também foi realizado um recorte temporal, determinando um intervalo de seis meses, compreendendo que o período disposto para realização da pesquisa era um impeditivo de leitura de um grande volume de matérias. Sendo assim, foram lidas 61 matérias do intervalo de maio a outubro de 2020. Os critérios de exclusão foram: problemas ambientais que não ocorreram na cidade de Salvador, a repetição de matérias sobre o mesmo caso, matérias que não se relacionavam com a temática pesquisada e outros anúncios ocasionais. A análise das matérias determinou localidades afetadas pelos problemas buscados e a data do ocorrido. Os dados que se relacionam ao território foram utilizados para ilustrar, em um mapa adaptado, às localizações de maior ocorrência dos problemas ambientais.

A partir das referências bibliográficas também foi construído um produto digital radiofônico - podcast, com linguagem acessível e reprodutível na maioria dos ambientes, sejam eles educativos ou não, levando as informações produzidas por esta pesquisa até o público-alvo deste trabalho. Este produto de áudio pode ser encontrado na plataforma de *streaming Spotify*, onde os episódios são publicados em intervalos semanais no perfil “Papo de Rasta”.

5 RESULTADOS

Após a leitura foram selecionadas 26 matérias e 17 foram incluídas, outras 20 matérias eram sobre projetos de qualificação e medidas tomadas pelas instâncias responsáveis na resolução de problemas de infraestrutura de determinados locais da cidade.

Na Tabela 1, estão representados os dados das matérias mais relevantes encontradas na busca pelo problema deslizamento, realizado no *Jornal Correio*.

Tabela 1 - Dados obtidos por meio do buscador “deslizamento” no intervalo de 6 meses: de maio a outubro de 2020 na cidade de Salvador.

Título da Matéria	Data de Publicação	Área atingida
Domingo tem árvore caída e ameaças de deslizamento em Salvador	03 de maio 2020	Cabula/Tancredo Neves; Subúrbio/Ilhas; Centro/Brotas; Liberdade
Pedreiro fica soterrado após escavar buraco em Cajazeiras V	04 de maio 2020	Cajazeiras V
Codesal registra 44 solicitações por conta da chuva em Salvador	09 de maio de 2020	Não indica localidades
Muro de casa cai na Lapinha e atinge dois carros que estavam estacionados na rua	11 de maio de 2020	Subúrbio/Ilhas; Cabula/Tancredo Neves; Cajazeiras; Lapinha
Casa desaba na Chapada do Rio Vermelho de madrugada;	12 de maio de 2020	Chapa do Rio Vermelho
Queda de árvore interdita rua e deixa moradores sem energia na Barra	13 de maio de 2020	Barra
Codesal aciona sirene de alerta de risco de deslizamento no Calabetão	13 de maio de 2020	Calabetão
Barragem do Rio do Macacos corre risco de rompimento por conta de rachadura	15 de maio de 2021	Base Naval de Aratu
Casa desaba no bairro da Saramandaia e deixa homem ferido	21 de maio de 2020	Saramandaia
Moradores relatam tensão após deslizamento em Plataforma	22 de maio de 2020	Plataforma
Deslizamento atinge imóvel na Gamboa de Baixo e coloca em risco 25 famílias	24 de maio de 2020	Gamboa de Baixo
Muro de contenção de obra de supermercado desaba e derruba sete postes	25 de maio de 2020	IAPI
Cratera se aproxima de prédios em condomínio residencial em Boca da Mata	27 de maio de 2020	Boca da Mata
Chuva causa deslizamento de terra e oito ameaças de desabamentos em Salvador	18 de junho de 2020	Não indica localidades

Rodoviário fica soterrado em Cajazeiras XI ao tentar construir garagem	30 de junho de 2020	Cajazeiras XI
Imóvel desaba na ladeira Pau da Bandeira e destroços caem na Ladeira da Montanha	18 de agosto de 2020	Ladeira da Montanha/Centro Histórico

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A Tabela 2 apresenta os principais dados das matérias selecionadas a partir do termo alagamento, no intervalo temporal de pesquisa realizada no Jornal Correio.

Tabela 2 - Dados obtidos por meio do buscador “alagamento” no intervalo de 6 meses: de maio a outubro de 2020 na cidade de Salvador.

Título da Matéria	Data de Publicação	Área atingida
Moradores do Parque São Cristóvão contam prejuízos após alagamentos	15 de maio de 2020	Parque São Cristóvão
Moradores relatam tensão após deslizamento em Plataforma	22 de maio de 2020	Plataforma
Chuva deixa ruas alagadas e provoca estragos em Salvador	21 de maio de 2020	Uruguai

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

A Tabela 3 apresenta o compilado de informações obtidas através da busca pela expressão “abastecimento de água” no intervalo de um semestre das matérias do Jornal Correio.

Tabela 3 - Dados obtidos por meio do buscador “abastecimento de água” no intervalo de 6 meses: de maio a outubro de 2020 na cidade de Salvador.

Título da Matéria	Data de Publicação	Áreas afetadas
Paralisação em estação de tratamento reduz abastecimento de água em 25 bairros	10 de maio de 2021	Liberdade, Pero Vaz, Curuzu, Santa Mônica, IAPI, Novo Horizonte, Sussuarana, Mata Escura, Tancredo Neves, Arenoso, Cabula VI, Cabula, Pernambuco, São Gonçalo, Resgate, Narandiba, Saboeiro, Doron, Pituba, Caminho das Árvores, Costa Azul, STIEP, Itaigara, Boca do Rio e Imbuí.

Centro e Cidade Baixa ficam sem água neste domingo (28)	27 de maio de 2020	Avenida 7, Pelourinho, Caminho de Areia, Calçada, Roma, Massaranduba, Jardim Cruzeiro, Bonfim, Monte Serrat, Uruguai, Vila Ruy Barbosa, Joanes, Boa Viagem e Ribeira.
Obra deixa 25 localidades de Salvador sem água na segunda (3)	31 de julho de 2020	Arenoso, Arraial do Retiro, Estrada das Barreiras, Boca do Rio, Cabula, Cabula VI, Curuzu, Doron, Engomadeira, IAPI, Liberdade, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambuco, Pero Vaz, Piatã, Pituauçu, Resgate, Retiro, Saboeiro, Santa Mônica, São Gonçalo, Sussuarana e Tancredo Neves.
Vazamento deixa partes de seis bairros de Salvador sem água	06 de agosto de 2020	Boca do Rio, Imbuí, Piatã e nos bairros de Pituauçu, Patamares e Jaguaribe
Periperi e região ficarão sem água nesta quinta-feira (24)	22 de setembro de 2020	Periperi, Praia Grande, parte de Coutos e Fazenda Coutos I; parte baixa de Paripe e Bate-Coração.

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2021.

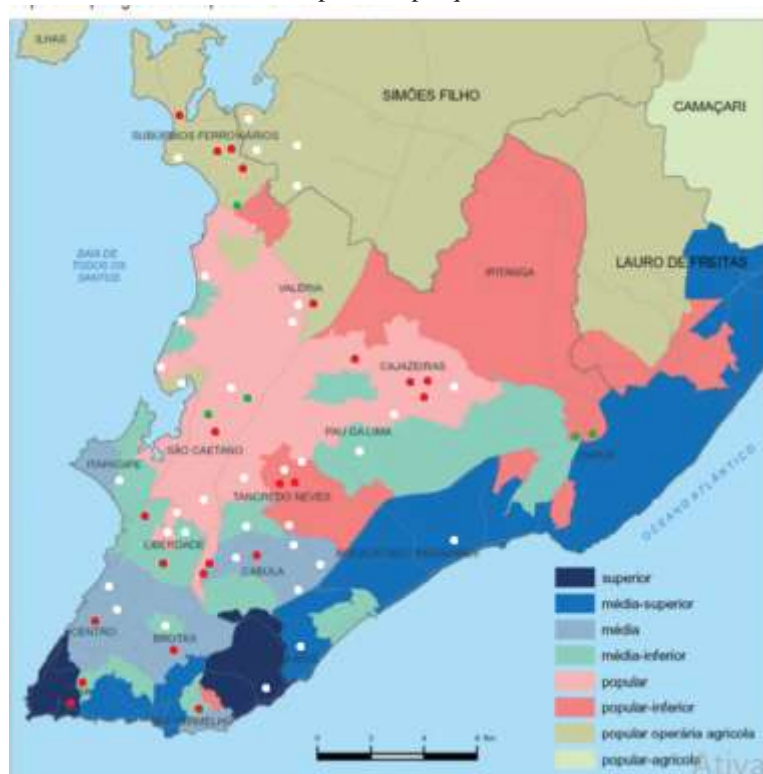
Além dessas matérias, foram lidas ainda mais 20, encontradas nos termos de pesquisa, que se tratavam de notícias relacionadas a obras de requalificação, acostamentos reformados, e outras demandas do Estado que visavam sinalizar a eficácia do trabalho da administração municipal.

6 DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos é possível construir uma análise mais direcionada sobre quem são os verdadeiros atingidos pelos problemas ambientais que são primeiramente sociais e raciais. A partir dos mapas construídos por Carvalho e Pereira (2008), foi possível ilustrar quais os pontos mais atingidos por cada um dos problemas analisados nesta pesquisa.

Na Figura 1 é possível observar o mapa segundo a tipologia socioeconômica da ocupação territorial da cidade de Salvador, segundo dados do Censo Demográfico de 2000. Esse mapa foi adaptado levando as marcações dos 3 problemas avaliados neste trabalho segundo a sua ocorrência.

Figura 1 - Mapa da Tipologia socioeconômica da cidade de Salvador, segundo Censo Demográfico 2000 com as marcações de deslizamentos, alagamentos e falta de abastecimento de água ocorrido no intervalo temporal da pesquisa.



Fonte: CARVALHO; PEREIRA, 2008, adaptado.

Este mapa só ilustra o que foi supracitado nas Tabelas 1, 2 e 3, adicionando a informação do poder aquisitivo considerado de cada parcela da população, onde é possível perceber que as áreas mais escuras são consideradas “nobres”, enquanto as mais rosadas e amareladas são habitadas pela parcela autodeclarada popular, popular-inferior, popular operária agrícola e popular agrícola.

Entre as décadas de 1960 e 1970, com a realização de grandes obras que acompanharam e anteciparam os vetores da expansão urbana e uma intensa ocupação informal de famílias de baixa renda na periferia (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Os pontos vermelhos no mapa sinalizam os locais onde foram identificados deslizamentos ocorridos entre maio e outubro de 2020, percebendo-se que há maior ocorrência nas regiões centrais e periféricas, com poucas ocorrências nas zonas habitadas por tipologia socioeconômica com maiores poderes aquisitivos. Os pontos verdes indicam a ocorrência de alagamentos, corroborando com a Tabela 2, em que poucas matérias foram encontradas tratando da temática, sendo que das incidências, nenhuma é em regiões consideradas mais nobres.

Os pontos brancos, e os números mais alarmantes da pesquisa, indicam os locais que ficaram sem abastecimento de água pelo menos uma vez no intervalo de dois meses, sendo em sua maioria em zonas ocupadas por uma parcela da população considera

socioeconomicamente mais populares. Uma das matérias ainda cita em seu texto que a “a falta d’água não ocorrerá em imóveis que contam com reservatório domiciliar adequado para atender as necessidades diárias de consumo de seus moradores” (CORREIO [s.l.], 2020), sinalizando que, mesmo com a falta de abastecimento em localidades consideradas mais nobres, não haverá impactos sobre as famílias, tendo em vista que os reservatórios se responsabilizarão por manter a casa abastecida.

As comunidades periféricas e de favela, no ano de 2020, encararam um cenário de insegurança alimentar. Qual desses imóveis conta com bombas e reservatórios para garantir o abastecimento de água? Bom, a resposta é dedutível a partir do que já foi explanado. E mapeando os problemas ambientais ocorridos na cidade de Salvador, utilizando o território como marcador de desigualdade dos impactos ambientais, também nos possibilita avaliar quem são as pessoas que mais sofrem com problemas ambientais, que em teoria não demonstram seletividade, mas na prática é completamente diferente.

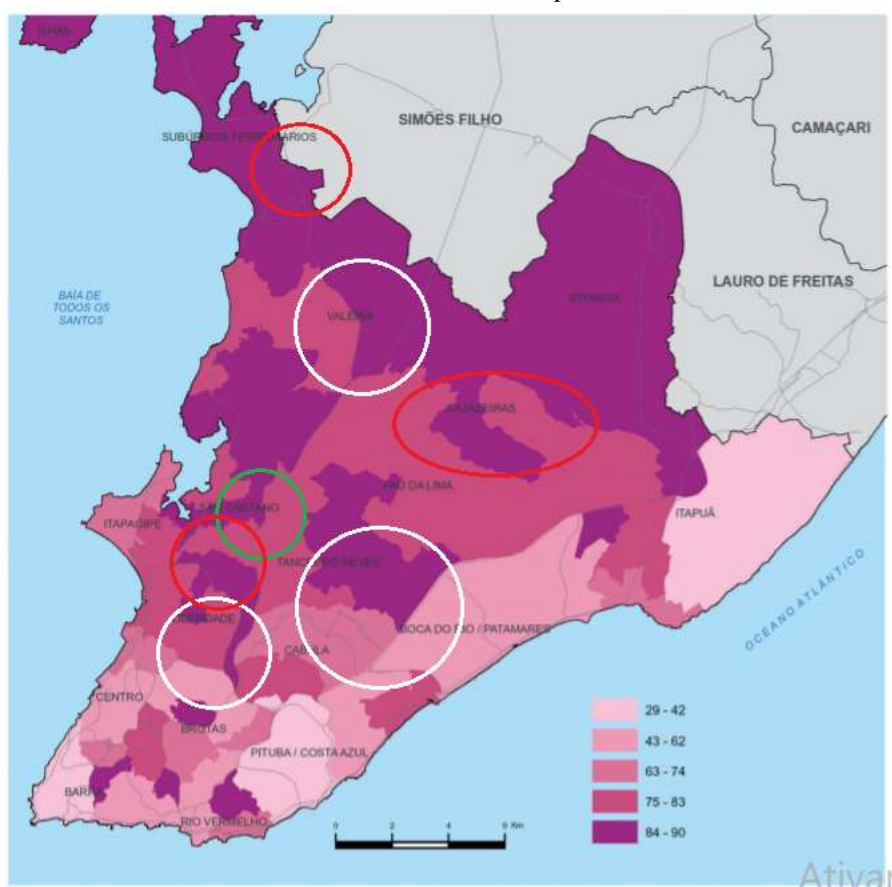
A partir do mapa é possível perceber que a área azul, além de ter a menor ocorrência dos problemas ambientais, também é a área litorânea da cidade, o que demarca as divisões privilegiadas da cidade, em que “morar na praia” é um marco de desigualdade e a Orla de Salvador é em grande parte ocupada pelos mais ricos, em contrapartida, depois da região sul da orla, existe uma mudança de coloração no mapa, pois é onde se inicia a cidade baixa, conhecida por sua popularidade.

A segregação urbana – também chamada de segregação socioespacial – refere-se à periferização ou marginalização de determinadas pessoas ou grupos sociais por fatores econômicos, culturais, históricos e até raciais no espaço das cidades. No Brasil, alguns exemplos de segregação urbana mais comuns são a formação de favelas, habitações em áreas irregulares, cortiços e áreas de invasão (CARVALHO, 2020, p. 37).

As regiões de Salvador comuns pela presença de favelas não são geograficamente afastadas das regiões chamadas de mais “nobres”, no entanto as condições de vida são completamente diferentes. O Complexo do Nordeste de Amaralina e o bairro do Itaigara possuem apenas poucas ruas de distância, e ainda assim o perfil de ocupação desses dois bairros é bem diferente. Como explicar a diferença no valor dos imóveis, nos índices de (in)segurança, e nas degradações ambientais se tratando de bairros adjacentes?

Na Figura 2, podemos analisar a ocorrência dos casos supracitados e também marcados na figura 1, no entanto o padrão de problemas neste caso foi demarcado na divisão racial da cidade: onde vivem as pessoas pardas da cidade de Salvador, e segundo esse descritor, quem foram as pessoas mais afetadas?

Figura 2 – Distribuição habitacional de pessoas pardas na cidade de Salvador segundo Censo Demográfico 2000 com marcadores indicativos da ocorrência dos problemas ambientais estudados.



Fonte: CARVALHO; PEREIRA, 2008, adaptado.

Segundo o mapa é possível observar que as áreas mais afetadas pelos três problemas ambientais estudados são habitadas por pessoas pardas, em índices de 43 a 90% da população habitacional do bairro/zona demarcada. Todos os problemas afetaram pelo menos uma parcela das áreas mais escuras de cada área, sendo essas áreas a região mais habitada por pessoas pardas. É possível perceber que essas zonas mais escuras se afastam das porções “nobres” de Salvador, a região da Orla marítima e principalmente a parte sul, onde fica localizada a Barra.

Comprometida com uma modernização excludente e com os interesses do capital imobiliário, a Prefeitura de Salvador privatizou as terras públicas e promoveu uma ampliação substancial do sistema viário, com a abertura das chamadas avenidas de vale, extirpando do tecido urbano mais valorizado um conjunto significativo de moradias da população pobre, e também direcionou a expansão da cidade para a Orla Norte. Essas intervenções, associadas à realização de investimentos complementares, pesados e seletivos, centrados na infraestrutura e no projeto industrial, interferiram decisivamente na conformação de um novo padrão de espaço urbano, com a configuração de três vetores bem diferenciados de expansão da cidade: a Orla Marítima Norte, o Miolo e o Subúrbio Ferroviário no litoral da Bahia de Todos os Santos. O primeiro constitui a “área nobre” da cidade, local de moradia, serviços e lazer, onde se concentram a riqueza, os investimentos públicos, os equipamentos urbanos e os interesses de produção imobiliária. O

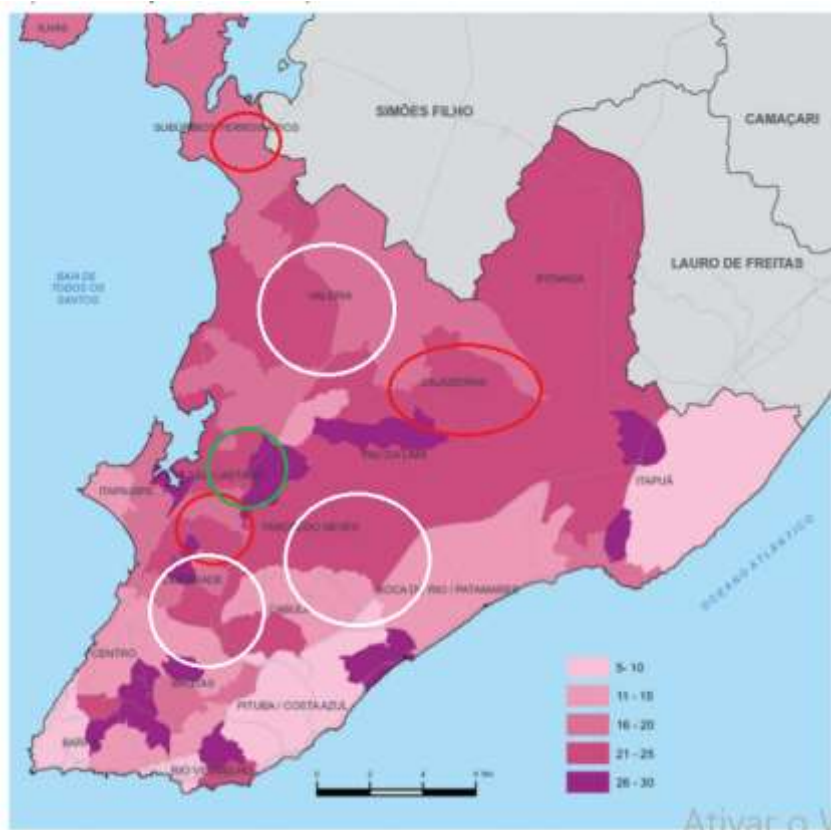
segundo, localizado no centro geográfico do município, começou a ser ocupado pela implantação de conjuntos de “classe média baixa” na fase áurea da produção imobiliária através do Sistema Financeiro de Habitação, tendo a sua expansão continuada por loteamentos populares e sucessivas invasões coletivas, com uma disponibilidade de equipamentos e serviços bastante restrita. Finalmente, o Subúrbio Ferroviário teve sua ocupação impulsionada pela implantação da linha férrea, em 1860, constituindo, a partir da década de 1940, a localização de muitos loteamentos populares, que foram ocupados nas décadas seguintes sem o devido controle urbanístico, com suas áreas livres também invadidas. Transformou-se em uma das áreas mais carentes e problemáticas da cidade, concentrando uma população extremamente pobre e sendo marcada pela precariedade habitacional, pelas deficiências de infraestrutura e, mais recentemente, por altos índices de violência (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 58).

O IBGE apresenta enquanto categorias que abarcam a raça negra as definições de pretos e pardos autodeclarados. Nas pesquisas contínuas é possível perceber que existem muito mais pessoas autodeclaradas pardas, e isso se deve a invisibilização histórica das questões de negritude, em que se afirmar negro ou preto era compreendido com tom de ofensa, e outras descrições de tonalidade como moreno, moreninho ou pardo tinham uma passabilidade¹ maior diante das multifaces racistas da sociedade soteropolitana.

Em outro mapa (Figura 3) foram aplicados os mesmos marcadores de problemas ambientais em um mapa que aponta a ocupação do território da cidade de Salvador por pessoas autodeclaradas pretas.

¹ passabilidade é a capacidade de uma pessoa ser considerada membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua, que pode incluir identidade racial, etnia, casta, classe social, orientação sexual, gênero, religião, idade e/ou status de deficiência (Fonte: https://artsandculture.google.com/entity/m019_4j?hl=pt)

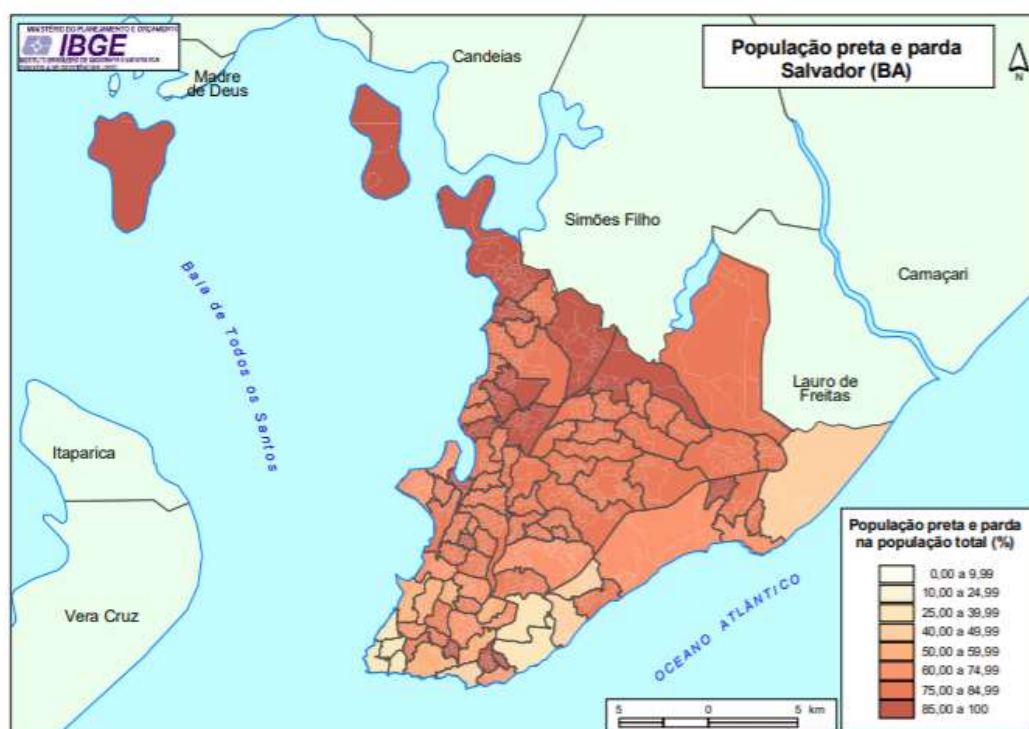
Figura 3 – Distribuição habitacional de pessoas pretas na cidade de Salvador segundo Censo Demográfico 2000 com marcadores indicativos da ocorrência dos problemas ambientais estudados.



Fonte: CARVALHO; PEREIRA, 2008, adaptado.

Apesar do volume menor, quando comparado com o mapa de habitação de pessoas pardas, ainda é perceptível que os maiores problemas ocorreram em áreas escuras, com percentuais de 16 a 25% de ocupação por pessoas pretas. Em comparativo a esses dois mapas, é possível apresentar um mapa (Figura 4) que apresenta a constituição racial da cidade de Salvador tendo as cores pretas e pardas unidas no marcador raça: negra.

Figura 4 – Distribuição habitacional de pessoas pretas e pardas na cidade de Salvador segundo Censo Demográfico 2000.



Fonte: IBGE, 2007.

Este último mapa ilustra o percentual de população preta e parda ocupando cada porção da cidade. Indicando nas áreas mais escuras uma faixa de 85 a 100% de pessoas negras ocupando a região, sendo estas áreas mais longe da Orla turística, mais perto de regiões como o Subúrbio Ferroviário, a Cidade Baixa e a área chamada de “Miolo”. Podendo desta forma ilustrar como as zonas mais nobres da cidade, que ficam mais próximas da orla, são mais claras, apresentando uma faixa de 10 a 25% de pessoas negras que possuem residência nos bairros.

A segregação urbana é a representação ou reprodução espacial e geográfica da segregação social, estando quase sempre relacionada com o processo de divisão e luta de classes, em que a população mais pobre tende a residir em áreas mais afastadas e menos acessíveis aos grandes centros econômicos. Esses espaços segregados, além do mais, costumam apresentar uma baixa disponibilidade de infraestruturas, como pavimentação, saneamento básico, espaços de lazer, entre outros (CARVALHO, 2020, p. 41).

Compilando os dados apresentados é possível notar que os bairros mais afetados pelos três problemas analisados nessas pesquisas são majoritariamente habitados por pessoas negras e compõem uma porção da cidade de Salvador que não é lida como nobre: são regiões habitadas por populares, operários, onde nos aglomerados encontramos aqueles que se aquilombaram. As demandas da empresa de distribuição de água, durante concertos e procedimentos que precisavam de interrupção do abastecimento, sempre atingia em maior

volume os bairros mais populares, ilustrando como o acesso a um recurso básico como a água também depende das questões de divisão racial do território. Recurso este pelo qual cada morador da cidade precisa pagar mensalmente, não é obra de caridade do Estado.

Além disso, nas chamadas “bordas” das cidades, amplia-se o crescimento desordenado dos bairros periféricos, além das favelas e das casas em áreas irregulares, como nas proximidades de cursos d’água. Essas áreas são compostas por pessoas com baixos salários, com poucas condições de renda e que não possuem outra opção a não ser residir em locais com pouca infraestrutura, o que caracteriza a segregação urbana (CARVALHO, 2020, p. 45).

A ausência da água, nesses aglomerados, aliado a presença de chuvas que invadiram casas, derrubaram encostas e colocaram casas em estado de condenação especificamente neste período estudado tem outras implicações para além do racismo ambiental. A pandemia de covid-19 na primeira onda depende da permanência das pessoas em seus lares e da higienização constante das mãos e outros itens. Fica perceptível que até as oportunidades de sobrevivência são negadas para uma parcela bem específica da população.

7 CONCLUSÃO

A conclusão principal deste trabalho é a descrição detalhada de que o racismo ambiental é parte da equação feita pelo sistema que condicionam as pessoas pretas periféricas soteropolitanas, e dificultam inclusive territorialmente a tentativa cotidiana de (re)existir a um sistema centenário construído para fornecer condições mínimas de sobrevivência. Pessoas negras de favela, para além de objetos de estudo científico, também precisam se sentir parte constituinte, e uma das autoras, enquanto pesquisadora, aquilombada, que fala exatamente desse local: periferia, autodeclarada negra, moradora de uma zona considerada popular e que sofre com os efeitos ambientais que dificultam bastante as demandas cotidianas.

A incidência desses problemas não é aleatória como se costuma imaginar, por se tratar de uma questão ambiental. A chuva “não escolhe” onde cair, mas as condições ambientais também são condicionadas pelo sistema, diante do cenário de poluição do ar, de desmatamento, e de casas construídas em lugares perigosos, em morros passíveis de deslizamento, na tentativa de sobreviver, e torcer para que a chuva caia devagar.

É preciso ponderar em qual cidade você se encaixa: aquela que vemos nas propagandas turísticas? Ou nos ônibus cheios - pois todas as possibilidades de sobrevivência (trabalho, lazer, educação) estão nos lugares não periféricos, longes das margens? Em que Salvador você vive? No país do carnaval? Ou na cidade da desigualdade salarial baseada na cor da pele? São inúmeros questionamentos possíveis ao findar deste trabalho, pois a análise feita em seis meses é só um recorte da violência cotidiana que a sociedade estruturalmente racista dispara (literalmente) contra os nossos corpos.

A partir de uma pesquisa como esta, é possível traçar comparativos com dados epidemiológicos do sistema básico de saúde afim de descrever, por exemplo, em que áreas ocorrem o maior volume de casos de tuberculose, dengue, e outras doenças que estão

relacionadas a questões sanitárias e ambientais, indicando quem são os moradores dos locais mais afetados e qual a constituição racial dessas pessoas que são condicionadas a viver em porções da cidade que são vítimas dos impactos das degradações ambientais. Possibilitando a afirmação que as diferenças sociais, raciais e ambientais caminham juntas, intrincadas em uma gama de tesões políticas e ideológicas que ditam no Brasil o “devido lugar” de cada grupo identitário.

Este trabalho tem como produto final um podcast, que será veiculado nos principais canais de *streaming* em que serão discutidas uma série de questões relacionados ao racismo ambiental, inclusive com informações práticas de como agir em caso de alagamento, deslizamento e outros problemas ambientais. Existe a possibilidade de realizar posterior de um novo estudo para validar esse produto digital, afim de medir a eficácia do acesso à informação às pessoas que realmente necessitam delas.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é Interseccionalidade**. Editora Jandaíra, 1º ed., Coleção Feminismos Plurais, São Paulo, 2019, p. 152.

AVENA, Armando. **IBGE: Salvador é a capital mais negra do Brasil**. Agência Econômica (*online*), nov. 2018. Disponível em: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2018/11/19/ibge-salvador-e-a-capital-mais-negra-do-brasil-e-tambem-onde-esta-maior-desigualdade-salarial-entre-brancos-e-pretos/> Acesso em: 21 nov. 2021.

BOITO, Armando Jr. O neofascismo já é realidade no Brasil. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil> Acesso em 22 out. 2021.

CARVALHO, Diana; SCHIMIDT, Fernanda. **Racismo Ambiental: porque algumas comunidades são mais afetadas por problemas ambientais? Futuro depende do fim da desigualdade**. ECOA, São Paulo, 2020.

CARVALHO, Inaía Maria M.; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua região metropolitana** [online]. 2nd. ed. rev. and enl. Salvador: EDUFBA, 2008. 228 p.

CARVALHO, Inaíá M. M. de; BARRETO, Vanda S. **Segregação residencial, condição social e raça em Salvador**. Cadernos Metrôpoles, São Paulo, n. 18, 2007.

CHAMMAS, Priscilla. **Salvador tem a 2º maior população do país morando em favelas, diz o IBGE**. Jornal Correio da Bahia Online, 2011 Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/salvador-tem-a-2a-maior-populacao-do-pais-morando-em-favelas-diz-ibge/> Acesso em: 22 out. 2021.

CORREIO [s.l.]. **Obra deixa 25 localidades de Salvador sem água na segunda (3)**. Redação, Jornal Correio, 31 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/obra-deixa-25-localidades-de-salvador-sem-agua-na-segunda-3/> Acesso em: 12 ago. 2021.

CORREIO [s.l.]. **Periperi e região ficarão sem água nesta quinta-feira (24)**. Redação, Jornal Correio, 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/periperi-e-regiao-ficaroo-sem-agua-nesta-quinta-feira-24/> Acesso em: 12 ago. 2021.

COSTA, H da. O que raça tem a ver com sustentabilidade. **Revista eletrônica Sim à igualdade racial**. 2019. Disponível em: <https://simaigualdaderacial.com.br/site/o-que-raca-tem-a-ver-com-sustentabilidade/> Acesso em: 17 mar. 2021.

IBGE. **Estudos sociodemográficos e análises espaciais referentes aos municípios com a existência de comunidades remanescentes de quilombos**. Relatório Técnico Preliminar, Rio de Janeiro, ago. 2007.

IBGE. **PNSB 2017: Abastecimento de água atinge 99,6% dos municípios, mas esgoto chega a apenas 60,3%**. Estatísticas Sociais, Agência IBGE Notícias, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28324-pnsb-2017-abastecimento-de-agua-atinge-99-6-dos-municipios-mas-esgoto-chega-a-apenas-60-3> Acesso em: 09 nov. 2021.

ITDP BRASIL. **Ocupação das cidades brasileiras é marcada pelo racismo**. Instituto de Política de Transporte e Desenvolvimento. 2020. Disponível em: <<https://itdpbrasil.org/a-ocupacao-das-cidades-brasileiras-e-marcada-pelo-racismo-afirma-carolina-duarte-pesquisadora-na-universidade-de-lisboa/>> Acesso em: 16 mar. 2021.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo. Ática: ed. 10, 2019.

MARINGONI, Gilberto. **História: o destino dos negros após a abolição**. Para Todos, n° 458, Ano 8, edição 70, 2011.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista**. Editora Perspectiva, 3 ed., 2019, p. 392.

OXFORD LANGUAGES. **Oxford Essential Portuguese Dictionary**. Editora Oxford University Press, USA, 2013.

PACHECO, Tania. **Breve radiografia dos conflitos ambientais no Brasil tendo por base o Mapa da Fiocruz**. FAE, São Paulo, 2017.

PATERNIANI, S. Z. Da branquitude do estado na ocupação da cidade. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo, v. 31, n. 9, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000200509 Acesso em: 16 mar. 2021.

PINHEIRO, Ygor. **A favela é o quilombo invisível**. Voz da comunidade, jul. 2019. Disponível em: <https://www.vozdascomunidades.com.br/geral/opinioa-a-favela-e-o-quilombo-invisivel/> Acesso em: 20 nov. 2021.

PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o Mapa de Conflitos**. Editora FIOCRUZ, 2013.

RIBEIRO, A. **Contrastes nas favelas**. Brasil Escola, 2018. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/contrastes-nas-favelas.htm>. Acesso em: 05 dez. 2021.

RIBEIRO, S. Racismo ambiental: o que é importante saber sobre o assunto. **Revista Eletrônica Marie Clare**. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/racismo-ambiental-o-que-e-importante-saber-sobre-o-assunto/?gclid=Cj0KCQjw0caCBhCIARIsAGAfumZ_PTrRZ0ACa3s2GimovXCKQG2D0skFT3WEsBgNkeWoqmZO1pS_dncaAtb1EALw_wcB> Acesso em: 17 mar. 2021.

SANTOS, Márcia Pereira A dos; NERYE, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; et al. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde. **Estud. av.** v. 34, n. 99, may-aug. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.014> Acesso em: 21 nov. 2021.

SIERRO, J. **Racismo Ambiental**: relação entre preconceito racial e sustentabilidade. 2020. Disponível em: <<https://www.imarjunior.com.br/post/racismo-ambiental-rela%C3%A7%C3%A3o-entre-preconceito-racial-e-sustentabilidade>> Acesso em: 10 mar. 2021.

SOBRINHO, W. P. **Menos emprego, mais favela: áreas com mais negros têm piores indícios em SP**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/11/05/brancos-e-negros-o-que-muda-ao-viver-em-distritos-com-maioria-negra-em-sp.htm>> Acesso em: 22 mar. 2021.

TEODORO, I. **População negra, coronavírus e racismo**. Correio Braziliense. 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2020/04/12/internas_opiniao,843954/populacao-negra-coronavirus-e-racismo-ambiental.shtml> Acesso em: 17 mar. 2021.

VIGISAN. Inquérito Nacional Sobre **Insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa: FIOCRUZ, 2021. Disponível em: https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/04/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf Acesso em: 12 nov. 2021.

ZENKER, A. L. **Negros são maioria nas favelas, segundo estudo do IPEA**. Agência Brasil, 2008. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-12-16/negros-sao-maioria-nas-favelas-segundo-estudo-do-ipea> Acesso em: 11 mar. 2021.